

C. M. B.  
BibliotecaC. M. B.  
BIBLIOTECA


Director Honorário: MÁRIO CAMPOS HENRIQUES

Redacção e Administração: Tipografia «Vitória»

Composto e Impresso na Tipografia «VITÓRIA» — BARCELOS

Editor: João Baptista Cândido da Silva

Director e Administrador: ANTÓNIO BAPTISTA

Redactor: Joaquim Rodrigues

# O ALCAIDE DE FARIA

PORTUGAL revive hoje uma das páginas mais belas da sua história pátria, porque ao longo dos séculos foram ruindo castelos, desaparecendo monumentos, tombando estátuas; mas os feitos dos nossos maiores persistem no tempo como um facho de luz a iluminar o futuro de PORTUGAL.

A voz da Pátria ecoa hoje, nesta festa tão significativa em que o glorioso exército português, herdeiro dos mais altos e eternos valores morais, se inclina com emoção numa homenagem profundamente sentida a dois heróicos soldados de Portugal.

Se nos debruçarmos sobre os mais recuados informes históricos saberemos que a terra de Faria, limitada ao Norte pela do Neiva da qual era separada pelo rio Cávado estendia-se por uma larga extensão até ao oceano, que a banhava ao Poente.

O senhorio de Faria foi dado por D. Afonso Henriques ao seu leal servidor e guerreiro destemido das lutas da independência Hermígio Moniz. Por carta de 14 de Dezembro, já em 1363, D. Pedro I deu o «PRESTAMO» de Faria, a Nuno Gonçalves.

Nas Lendas e Narrativas diz Herculano:

«O Castelo de Faria com suas torres e ameias, com sua barbacã e fosso com seus postigos e alçapões ferrados campeou aí como dominador dos vales vizinhos. Castelo Real da Idade Média, a sua origem some-se nas trevas dos tempos que já lá vão há muito: mas a febre lenta que costuma devorar os gigantes, o tempo coou-lhe pelos membros, e o antigo alcácer das eras dos reis de Leão desmoronou-se e caiu, ainda no século XVII parte da sua ossada estava dispersa por aquelas encostas; no século seguinte já nenhuns vestígios dele restavam segundo o testemunho de um historiador nosso.

Um eremitério, fundado, pelo célebre Egas Moniz, era o único eco que do passado ali restava.

Na ermida servia de altar uma pedra trazida de Ceuta pelo 1.º duque de Bragança e 9.º conde de Barcelos, D. Afonso.

Este antigo castelo de Faria tinha recordações de glória.

Reinava D. Fernando e Portugal via-se envolvido em guerras com Castela, guerras desastrosas para o prestígio e fazenda do Reino.

Numa dessas guerras o Adiantado da Galiza, Pedro Rodrigues Sarmento entrou pela provincia de Entre Douro e Minho com um grosso corpo de gente de pé e de cavalo, enquanto a maior parte do exército português trabalhava por defender ou descercar Lisboa.

Prendendo, saqueando e matando veio o Adiantado até às imediações de Barcelos, sem achar quem lhe atalhasse o passo; aqui, porém saiu-lhe ao encontro D. Henrique Manuel, Conde de Ceia e tio de El-Rei D. Fernando, com gente que pôde ajuntar. Foi terrível o conflito, mas, por fim, foram desbaratados os portugueses caindo alguns nas mãos dos adversários.

Entre os prisioneiros contava-se o alcaide-mor do Castelo de Faria, Nuno Gonçalves, que saíra com alguns soldados para socorrer o Conde de Ceia.

Cativo o valoroso alcaide pensava em como salvaria o castelo de El-Rei, seu senhor, das mãos dos inimigos.

Pediu ao Adiantado que o mandasse conduzir ao pé dos muros do castelo, porque ele com as suas exortações faria com que o filho o entregasse sem derramamento de sangue.

Um arauto saíu dentre os castelhanos e caminhou para a barbacã bradando:

—Moço alcaide, moço alcaide!... teu pai, cativo do meu nobre Pedro Rodrigues Sarmento, Adiantado da Galiza pelo mui excelente e temido D. Henrique de Castela deseja falar contigo de fora do teu castelo.

Gonçalo Nunes chegando à barbacã disse:

A Virgem proteja meu Pai; dissei-lhe que o espero.

O velho guerreiro saíu de entre os seus guardadores e falou com o filho:

Sabes tu Gonçalo Nunes de quem é esse castelo, que, segundo o regimento da guerra entre-

guei à tua guarda quando veio em socorro e ajuda do esforçado conde de Ceia?

— E respondeu Gonçalo Nunes — do nosso rei e senhor D. Fernando de Portugal, a quem por ele fizeste preito e homenagem.

— Sabes tu Gonçalo Nunes, que o dever de um alcaide é nunca entregar, por nenhum caso, o castelo a inimigos, embora fique enterrado debaixo das ruínas dele?

Sei, ó meu Pai! Mas não vês que a tua morte é certa se os inimigos perceberem que me aconselhaste a resistência?

— Pois se o sabes cumpre o teu dever, alcaide do castelo de Faria! Maldito para mim, sepultado sejas tu no inferno, como Judas o traidor, na hora em que os que me cercam entrarem nesse castelo, sem tropeçarem no teu cadáver.

Morra — gritam os castelhanos — morra o que nos atraçou — E Nuno Gonçalves caiu no chão atravessado de muitas espadas e lanças.

Os castelhanos acometeram o castelo mas Gonçalo Nunes lembrou-se das últimas palavras de seu pai — Defende-te Alcaide! e resistiu como um leão e o exército castelhano foi constringido a levantar o cerco.

## Os Pensamentos do Mês

É mais fácil conhecer os defeitos de uma pessoa, do que as suas boas qualidades. Os defeitos são imprudentes e linguareiros, denunciam-se, dão sinal de si, basta meia hora para se descobrirem em qualquer lugar que habitem. As boas qualidades, não; essas são modestas, humildes, discretas; sabem esconder-se. São precisos anos para as descobrir todas.

Júlio Dinis

O saber é para o homem estudioso, a riqueza para o vigilante, o poder para o valoroso e o céu para a virtude.

Franklin

Neste recanto da Pátria, lugar há muito abandonado, não nos podemos deter momentos breves sem que nos curvemos respeitosamente ante a memória do ilustre alcaide Nuno Gonçalves.

Dentre o silêncio que nos circunda, inebriados pela beleza da variada e viçosa, garrida e fofa paisagem minhota, aspirando com prazer o perfume das flores silvestres e o odor intenso dos pinheiros que carregam de manchas escuras o verde vivo dos vales férteis que se estendem a nossos pés e se vão esbatendo até se di-

luírem na mancha azul do oceano, aqui, neste lugar, de sonho e de solidão, de preces e recordações, não pode o coração dum português deixar de pulsar alvoroçado porque ainda vibra, aos nossos ouvidos, num eco longínquo, o grito de Nuno Gonçalves, já caído por terra e crivado de lanças:

Defende-te alcaide!

Defende-te alcaide do Castelo de Faria, defende-te Alcaide dos inimigos, defende-te Alcaide dos que calcaram sem respeito e com ódio a terra sagrada da tua Pátria, defende-te dos que trouxeram a dor, o desespero, o luto, as ruínas, a fome, ao seio da tua terra, defende-te dos que não se curvam ante os nossos heróis, defende-te dos que não sabem balbuciar as orações que aprendeste, defende-te dos que não escutam e sentem o lirismo dos teus trovadores, defende-te dos que se não descobrem e ajoelham com fervor junto das pedras enegrecidas dos teus monumentos, padrões de glória e relíquias dum passado grandioso.

O grito de Nuno Gonçalves — defende-te, moço alcaide grito de súplica e voz de comando foi escutado pelo bravo Gonçalo Nunes que heróica e desesperadamente aguentou as arremetidas dos castelhanos, soberbos duma força que se quebrou e esmoreceu ante estes muros defendidos pelo moço alcaide que não pode esquecer a morte trágica e heróica de seu pai.

O Castelo de Faria resistiu aos ataques dos invasores que, vencidos, desceram esta encosta, humilhados pela derrota, subjugados pelo lance heróico que haviam presenciado, desfeitas as suas ambições de domínio sobre um povo que serenamente enfrentava a morte para não trair um juramento.

O grito de Nuno Gonçalves jámais se calou nesta boa terra portuguesa. Repetido por colos e quebradas ecoou nas planícies, subiu aos píncaros das serras, ampliou-se sobre os mares, repercutiu-se em ondas grandiosas e eternizou-se num sussurro que acorda e vibra com violência nos momentos de crise nacional e nas

horas tristes de desalento, nas épocas em que a Pátria se agita em convulsões ou estremece abalada por preságios funestos.

Nunca Portugal deixou de ouvir esse grito de súplica e essa voz de comando — Defende-te Alcaide! Ouviram-no os soldados no campo de Aljubarrota, ouviram-no os heróis de Diu e de Chaúl, ouviram-no os mártires de Alcácer-Quibir, na planície escaldante de Africa, ouviram-no os destemidos homens de 1640, escutaram-no, no alto de Buçaco, os soldados de Portugal, perceberam-no, por entre a ramaria densa da selva, africana, os companheiros de Mousinho, soou aos ouvidos dos marinheiros que, com Carvalho de Araújo, ficaram sepultados no imenso Atlântico, ouvimo-lo nós agora, porque em nosso peito sentimos pulsar, com fé um coração de portugueses.

E viemos hoje junto destas velhas ruínas para mais distintamente escutarmos essa súplica e voz de comando — defende-te alcaide — que estas pedras guardam avaramente como o búzio guarda a voz do mar e nós, carinhosamente, aproximamos do ouvido para, com saudade, lembrarmos o temultuar das ondas ou a canção monótona do marulhar das águas quietas.

Lugar de recolhimento e devoção são ruínas dispersas e abandonadas neste recanto de quietude e silêncio.

Hoje recordamos uma das mais belas páginas da História Pátria escrita e plasmada por dois nobres cavaleiros medievais para quem os juramentos de fidelidade valiam bem mais do que a própria vida.

A nossa alma de portugueses precisa de se retemperar e fortalecer no contacto destes altos exemplos de heroísmo e amor pátrio.

Que nem um só coração deixe de sentir orgulho em ser português e que nem uma só voz deixe de nos acompanhar neste grito de fé lusíada:

VIVA PORTUGAL. VIVA PORTUGAL.

## O BAZAR

(Continuação da página 11)

perto do lume. Era uma mulher idosa, viúva de um usurário, que colecionava selos com qualquer fim piedoso. Tive que aguentar a conversa durante o chá. A refeição estava atrasada uma hora e o meu tio sem aparecer. A senhora Mercer levantou-se e despediu-se: tinha pena de não poder esperar mais tempo, mas já passava das oito e não gostava de andar tarde pelas ruas, porque o ar da noite fazia-lhe mal. Depois, comecei a passear

dum lado para o outro, de punhos cerrados. Minha tia disse-me:

— Parece-me que tens que ir outra noite ao bazar...

Às nove horas, a chave do meu tio rangeu na porta da rua. Ouvi-o falar consigo mesmo, e escutei o chiar do cabide quando recebeu o peso do sobretudo. No momento em que ele chegou, a meio da refeição, pedi que me desse o dinheiro para ir ao bazar. Ele esquecera-se.

## O C A I S

*O cais da esperança,  
Quase absurdamente,*

*Começa nos tentáculos da derrota  
Começa nos respingos da laranja prensada entre os dedos.*

*O cais da esperança para o perpétuo retorno:  
A mesma árvore carregada de frutos altos,*

*O mesmo escorpião semelhante a um fruto,  
Até as mesmas flores,*

*O mesmo tempo...*

*Só vão os olhos deambulantes só vão os olhos!*

Vila Real

ANTÓNIO CABRAL

— A estas horas, já as pessoas estão na cama, dormindo o primeiro sono — sentenciou.

Eu não sorri. Minha tia disse-lhe com energia:

— Dá-lhe o dinheiro e deixa-o ir, já o demoraste bastante...

Meu tio respondeu que tinha muita pena de se ter esquecido e que acreditava na velha frase: "Só o trabalho, sem brincadeira, fazem de Jack um rapaz estúpido". Perguntou-me onde é que eu ia. Depois de lho repetir já pela segunda vez, indagou se eu conhecia "The Arab's Farewell to his Steed". Quando deixei a cozinha, ele preparava-se para recitar as primeiras linhas a minha tia.

Com um florim apertado numa das mãos, desci a rua Buchingham, dirigindo-me à estação. O aspecto das ruas atulhadas de compradores e brilhando com a iluminação, recordou-me o propósito da minha viagem.

Tomei lugar num compartimento de terceira classe, num comboio deserto. Depois de enorme demora, o comboio arrancou vagorosamente da estação. Serpenteou ao longo de casas arruinadas e do rio cintilante. Na estação de Westland Row, uma multidão queria invadir as carruagens, mas o porteiro fê-la recuar, dizendo que aquele comboio era especial para o bazar. Fiquei sozinho no compartimento. Depois de alguns minutos, o comboio parou ao longo de uma plataforma improvisada. Passei para a rua e reparei que o relógio marcava dez menos dez. À minha frente encontrava-se a grande construção que ostentava o meu mágico.

Não consegui nenhuma entrada de seis pences, e receando que o bazar fechasse, estendi um shiling a um homem de cara cansada. Encontrei-me num grande recinto circundado, a meia altura, por uma galeria. Quase todas as pequenas lojas estavam já fechadas, e a maior parte do recinto permanecia na escuridão. Pareceu-me reconhecer ali o silêncio que paira numa igreja depois de um serviço religioso. Caminhei timidamente

para o centro do bazar. Viam-se algumas pessoas em volta das lojas que ainda permaneciam abertas. Ao pé de uma cortina, na qual as palavras "Café Chantant" estavam iluminadas a cores, dois homens contavam dinheiro. Escutei o tilintar das moedas.

Lembrando-me com dificuldade da razão que ali me trouxera, dirigi-me a uma das lojas para examinar vasos de porcelana e serviços de chá floridos. A uma porta, certa rapariga falava com dois jovens. Reparei na acentuação inglesa e ouvi, vagamente, a conversa que sustentavam.

— Oh, eu nunca disse semelhante coisa.

— Ai, isso é que disse!

— Não, não disse!

— Então, ela não disse?

— Sim, eu ouvi ela dizer.

— Ai, isso é uma mentira!

Tendo-me observado, a rapariga veio perguntar-me se eu queria comprar alguma coisa. O tom da sua voz não era encorajador: parecia que me dirigira a palavra somente por dever. Olhei, humildemente, para as grandes jarras que jaziam como guardas de cada lado da entrada e murmurei:

— Não, obrigado.

A rapariga mudou a posição de um dos vasos, e voltou para junto dos rapazes. Recomeçaram a conversar. Por uma ou duas vezes ela olhou-me por cima do ombro.

Demorei-me em frente da loja, apesar de saber que a minha permanência era escusada, apenas para demonstrar que o meu interesse nas suas mercadorias era verdadeiro. Depois, saf dali vagorosamente, e andei para o centro do bazar. Deixei que as moedas tombassem no bolso. Ouvi uma voz gritar de uma das extremidades da galeria: "A luz vai apagar-se;..." A parte mais alta do recinto já estava completamente escura.

Olhando atentamente na sombra, vi-me como uma criatura guiada e escarnecida pela vaidade. Os meus olhos ardiam de angústia e de desespero.

## Algumas considerações sobre as Bibliotecas Itinerantes

### I

#### O nosso primeiro contacto com as zonas Rurais

Em algumas povoações fomos recebidos com entusiasmo, noutras com surpresa e, em muitas, com desconfiança. A gente humilde e pobre não cria em tamanha franqueza e, parecia-lhes motivo de dúvida, o facto de alguém se lembrar, tão carinhosamente, dos homens que apenas pesam para a sociedade pela força dos seus músculos, no sacrifício incompreendido de dias inteiros vergados sobre a terra.

Há pouco, ainda, muitos destes homens conseguiram aprender a ler e quase seria inútil esse grande bem se, gratuitamente, lhes não fosse proporcionada ocasião de se aperceberem da grande felicidade que ficaram a usufruir. Contudo, muitos olharam-nos desconfiados e receosos, mas, pouco a pouco, a reserva e a dúvida de início, foram cedendo lugar à confiança, à simpatia e, até, à amizade.

Os livros da Biblioteca Itinerante são já os amigos certos e pontuais que, nesses esquecidos lugarejos, aparecem prontos a ilustrar, a divertir e a aconselhar as crianças, os jovens e os homens feitos.

Sentimo-nos realmente satisfeitos ao contemplarmos a alegria dessa gente que fica lisonjeada e feliz por lhe emprestarmos, confiadamente, os livros que mais prefere, embora dentro da nossa orientação.

E têm correspondido, altivamente, a essa confiança, aparecendo, quase sempre, com pontualidade, a fazer entrega das obras que levaram e que sabemos resguardaram com cuidados. Alguns volumes voltam sujeitos, mais pela falta de hábitos de asseio do que pela falta de interesse em conservá-los nos recantos apurados das suas humildes habitações.

### II

#### As crianças e a Biblioteca Itinerante

As nossas crianças viviam, a maior parte, sem a esperança de poderem ler um livro, pois não lho permitiam os recursos da família nem, tão pouco, lho permitiriam os pais, bem indiferentes — na maior parte — a essas manifestações de ansiedade pela cultura.

Quantas vezes, por acaso, contemplamos pequenitos pobreziños, extasiados e tristes, junto das montras das livrarias ansio-

sos de saborearem o encanto de muitas obras de capas tentadoras e de títulos empolgantes.

Eles, porém, não anteviam sequer uma pequena possibilidade de satisfazer esse anseio que iam recalçando, com mágoa, mas absolutamente compenetrados de que nem sequer lhes era lícito ter aquele desejo. Por isso têm sido as crianças os leitores mais sôfregos, mais entusiastas, mais reconhecidos e, até, mais cumpridores.

Finalmente, os homens lembraram-se que as crianças tinham direitos e, elas, com alegria nos olhos e nos gestos, aguardam-nos alvoraçadamente, prontas a aceitarem, de boa vontade, o que entendermos, por bem, dar-lhes, que possa satisfazer a curiosidade e a imaginação dos seus poucos anos, já tão presos, muitas vezes, a trabalhos e privações. Quantos fazem já as suas requisições elucidados alguns pelos professores e outros por terem ouvido a qualquer colega uma descrição de certa obra.

Mas estas crianças vão crescendo e os seus interesses evoluindo de modo que é para os adolescentes que mais é preciso, sempre, ter obras apropriadas e várias, pois as gerações presentes serão as verdadeiras fomentadoras de uma propaganda honesta e inteligente, que brotará delas como imperativo comum, que não será possível deter. Eis uma grande verdade que se adivinha.

Estamos a criar hábitos de leitura que teremos de manter e alimentar para bem da elevação cultural do nosso povo e progressiva elevação social.

Nas povoações de ambiente citadino: Barcelos, Esposende e Fão, é variada a massa de leitores, pois temos de atender desde o operário ao trabalhador rural, do estudante ao médico, ao advogado, ao comerciante, etc.

### III

#### Aspectos dos leitores através das obras preferidas

PARA uns somos a única possibilidade de enriquecer um pouco a sua escassa cultura; para outros, que nos visitam com curiosidade, somos a esperança das últimas novidades literárias ou das obras de consagrado valor, conhecidas de nome ou lidas já em tempos, nas quais haviam encontrado um prazer espiritual e que gostariam de relembrar.

A gente do nosso povo, do bom povo português, sensível e romanesco, deleita-se hoje

(Continua na página 10)

## Aspectos Sociais da Prevenção dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

Conferência do Snr. Dr. Moreira Ribeiro, proferida no S. N. I.

### 1—Considerações Preliminares

PRINCIPIO por agradecer à Junta da Acção Social a lembrança do meu nome e, apesar de todas as minhas escusas, a sua insistência, para que eu fosse o conferente desta noite. Foi uma atenção que me desvaneceu mas que, sem falsa modéstia, me obriga à declaração prévia de que senti a dificuldade do tema.

Em primeiro lugar, em razão da qualidade do auditório... Depois, porque, no Serviço que ajudo a administrar, os acidentes de trabalho e as doenças profissionais foram desde sempre olhados como que "intrusos", que importava desmascarar e repelir, por não serem de conta do Organismo — como é sabido — os encargos com o seu tratamento. E até, quando por fraude do trabalhador ou complacência médica os tivemos de acolher, não raro, ao descobrir-se o engano, se sucederam polémicas penosas e disputas desagradáveis quanto à imputação dos custos da assistência prestada.

É pois, de certo modo constrangido, que me atrevo a abordar os *Aspectos Sociais da Prevenção dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais*, porque se é social... "tudo o que respeita ao bem da Sociedade compreendida como realidade orgânica e viva"... não me parece fácil numa palestra de duração limitada, não podendo ir muito além das grandes ideias gerais, transmitir alguma coisa de novo e de proveitoso em matéria, onde necessariamente, às múltiplas facetas que o problema comporta têm todas, mais ou menos, relevância social.

Tentá-lo-ei contudo, confessando humildemente — como frei Amador Arrhais nos seus Diálogos que: "...as mais das iguarias com que vos convidado são alheias; mas o guizamento delas é de nossa casa"...

Ainda mais uma advertência: as opiniões que emitir são da minha inteira responsabilidade e podem não constituir doutrina oficial de Departamento que sirvo.

### 2—A importância dos Acidentes de Trabalho e das Doenças Profissionais

É geral o reconhecimento, pelas legislações dos diversos Estados, de um direito do trabalhador a ser cuidado e indemnizado pelas lesões sofridas ou

afecções suportadas por causa ou em consequência do trabalho.

A teoria dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais visa dar ao trabalhador — que com o seu salário geralmente apenas consegue fazer face às mais instantes necessidades quotidianas — as possibilidades de tratamento e cura e de vir a ser compensado da perda do salário e da desvalorização que o acidente ou a doença possam ter trazido ao seu valor produtivo, e isto porque era necessário colocá-lo em situação de poder encarar as contingências do seu officio, porque era urgente evitar que a miséria visitasse o lar daqueles a quem o acidente ou a doença impossibilitara de trabalhar e porque, finalmente, bem dolorosas são as consequências, de toda a ordem, emergentes desses mesmos acidentes e doenças profissionais.

A propósito, fica bem lembrar aqui, que no 1.º Congresso Mundial de Prevenção em Roma, em Abril de 1955, são do falecido Papa Pio XII, de saudosa memória, os seguintes luminosos comentários que, em tradução livre, me permito reproduzir parcialmente: "...Como é possível subsistir o interesse que cada um põe na sua tarefa e a consciência profissional que o incita a bem desempenhá-la, se sobre ele pesa, constantemente a ameaça dum acidente que o privaria e bem assim a sua família do salário de que depende a subsistência de todos..."

E, se para encarecermos ainda mais a gravidade dos sofrimentos físicos e morais que por via dos acidentes de trabalho incidem sobre a colectividade, recorressemos ao exemplo clássico de cotejar os dados estatísticos representativos das perdas provocadas pela última guerra mundial entre as forças armadas beligerantes, com os números que, na mesma época, traduzem o volume de acidentes de trabalho verificados nos países que entraram na conflagração, através das cifras que transcrevessemos — e uma estatística depurada diz mais que cem discursos — veríamos o arrepiante panorama de ser maior a quantidade dos sinistros emergentes de acidentes de trabalho do que os produzidos por actos de guerra!

E se, complementarmente, nos detivéssemos no exame do valor dos prejuízos, à luz dum critério puramente económico — que, por sê-lo, não deixa de ter também relevância social — os resultados seriam ainda mais chocantes.

(Continua na página 10)

# DESPACHO

## Remunerações do pessoal de enfermagem das instituições de previdência e da Federação de Caixas de Previdência — « Serviços Médico-Sociais ».

1. A Federação de Caixas de Previdência — « Serviços Médico-Sociais » e as instituições de previdência que mantém serviços próprios de assistência médica (instituições não federadas) ocupam cerca de mil profissionais de enfermagem. Trata-se de pessoal que vem servindo dedicadamente e com louvável espírito de sacrifício, desde os primeiros tempos, a organização da previdência social e cujas funções são da maior importância no funcionamento dos serviços médico-sociais.

Ora, tendo sido estabelecidas em 11 de Dezembro de 1948, já se encontram desactualizadas, decorridos dez anos, as remunerações do pessoal de enfermagem das instituições de previdência. Impõe-se, portanto, a sua revisão, o que se faz através deste despacho, aproveitando-se a oportunidade também para melhor se definirem as respectivas categorias.

2. Na estrutura dos serviços de enfermagem incluem-se agora os cargos de enfermeiro superintendente, que estavam a tornar-se necessários nas organizações de grande movimento, nomeadamente na Federação das Caixas de Previdência — « Serviços Médico-Sociais ». A criação das novas categorias visa a tornar possível uma melhor coordenação e fiscalização dos serviços de enfermagem da Federação ou das caixas de previdência e, se nisso vier a reconhecer-se vantagem, a coadjuvar as próprias Casas do Povo sempre que se hajam celebrado acordos de cooperação com estes organismos corporativos.

3. As remunerações que se fixam por este despacho acusam apreciável melhoria relativamente às que se encontram em vigor. Assim, quanto à Federação dos « Serviços Médico-Sociais », por exemplo, registaram-se os seguintes aumentos:

CATEGORIAS	Remuneração Actual	Nova Remuneração
Enfermeiros-Chefes . . . . .	1.850\$00	2.400\$00 2.350\$00 2.300\$00
Enfermeiros . . . . .	1.600\$00	2.000\$00
Enfermeiras . . . . .	1.400\$00	2.000\$00
Parteiras . . . . .	1.600\$00	2.000\$00
Auxiliares de enfermagem. . . . .	1.100\$00	1.400\$00

As parteiras remuneradas por serviço, que recebiam 150\$00 por cada parto, passam auferir 200\$00.

Por sua vez a gratificação de chefia dos enfermeiros-chefes, até agora na importância uniforme de 250\$00, passa a ser de 300\$00, 350\$00, ou 400\$00, consoante o movimento do posto médico.

Também o limite do abono para despesas de transporte dos que executam serviço domiciliário é elevado de 200\$00 para 300\$00.

4. Igualam-se as remunerações dos enfermeiros e enfermeiras, pois não se justificam as diferenças que até agora se praticavam entre profissionais que executam as mesmas funções.

De resto, estando o Ministério empenhado em assegurar a devida protecção ao trabalho feminino e, conseqüentemente, em fazer observar o princípio de que ao trabalho igual deve corresponder remuneração igual, seria incompreensível que se não aproveitasse este ensejo para equiparar as remunerações do pessoal masculino e feminino de enfermagem.

5. As medidas consagradas neste despacho traduzem, sem dúvida, um grande esforço financeiro da Previdência, pois acarretam um encargo superior a 6.000 contos anuais, e dão, segundo se crê, testemunho do propósito de, adentro das possibilidades das instituições, se fazer justiça a tão numeroso grupo de profissionais de enfermagem.

Deve, por último, referir-se que, dada a carência de enfermeiros que muito tem afectado a conveniente expansão dos vários serviços de acção médico-social no País, se teve também em vista, com a melhoria das remunerações ora estabelecidas,

criar mais um estímulo para o acesso de novos elementos a uma profissão imprescindível na luta contra a doença.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no n.º 14.º da Lei n.º 1.884, de 16 de Março de 1935, determino o seguinte:

### I

Será remunerado de harmonia com o estabelecido no presente despacho o trabalho do pessoal de enfermagem das caixas sindicais de previdência, caixas de reforma ou de previdência e da Federação de Caixas de Previdência — « Serviços Médicos-Sociais ».

### II

1. As categorias do pessoal de enfermagem das referidas instituições são as seguintes:

- Emfermeiro superintendente;
- Adjunto de enfermeiro superintendente;
- Enfermeiro;
- Parteira
- Auxiliar de enfermagem.

2. Os enfermeiros encarregados de dirigir os serviços de enfermagem nos postos médicos terão a designação de enfermeiros-chefes.

3. Os enfermeiros, parteiras e auxiliares de enfermagem serão recrutados de entre diplomados com os respectivos cursos.

### III

1. Os ordenados do pessoal de enfermagem das instituições abrangidas por este despacho são os seguintes:

CATEGORIAS	Ordenados Mensais
Enfermeiro superintendente . . . . .	3.800\$00
Adjunto do enfermeiro superintendente. . . . .	2.800\$00
Enfermeiros . . . . .	2.000\$00
Parteiras . . . . .	2.000\$00
Auxiliares de enfermagem. . . . .	1.400\$00

2. Os enfermeiros-chefes terão direito a uma gratificação de chefia no montante de 400\$00, 350\$00 ou 300\$00, conforme se trata de Postos, respectivamente, com mais de 10.000, com 5.000 a 10.000 e com menos de 5.000 beneficiários.

3. As parteiras remuneradas por serviço auferirão 200\$00 por cada parto.

4. As parteiras e enfermeiras que executam serviço domiciliário poderão ter um abono para transporte até 300\$00 por mês, conforme a frequência das deslocações.

### IV

1. As remunerações fixadas na base anterior correspondem ao período diário de 7 horas de trabalho.

2. A remuneração do trabalho em regime de horário não completo será proporcional ao número de horas de serviço por dia relativamente aos ordenados das respectivas categorias.

### V

As instituições interessadas deverão enviar, no prazo de 30 dias, à Direcção-Geral da Previdência e Habitações Económicas para homologação superior, o quadro do seu pessoal de enfermagem, especificando o número de profissionais por categorias e os ordenados correspondentes.

### VI

É revogado o despacho de 11 de Dezembro de 1948, publicado no « Boletim do I. N. T. P. » n.º 24, Ano XV, de 31 de Dezembro de 1948.

Publique-se no « Diário do Governo » e no « Boletim do I. N. T. P. »

Lisboa, 25 de Julho de 1959.

O Ministro das Corporações e Previdência Social,

a) Henrique Veiga de Macedo



# Escutismo

Por JAIME FERREIRA

**I**NTERESSA-NOS tudo o que se relaciona com os jogos e actividades escutistas, sejam elas de ordem privada ou genérica, sejam de execução no interior ou no exterior.

Creemos que tudo o que se possa fazer no sentido de valorizar os conhecimentos do rapaz-escuta, deve ser baseado nos célebres princípios instituídos por Baden-Powell — destreza, observação, aprumo, raciocínio, habilidade, resolução, compreensão, agilidade, maleabilidade, enfim tudo aquilo que faz parte da educação pelo jogo, pela vida ao ar livre, pela actividade viril, resolvido por ele mesmo, segundo critério.

É por isso que a vida ao ar livre deve constituir para um chefe de agrupamento uma das primeiras, senão a primeira, das suas preocupações, proporcionando sempre que possível saídas ao campo, perto ou longe, aos domingos de manhã, aos domingos — todo o dia, e nos fins de semana — sábado de tarde e domingo — todo o dia.

Dos conhecimentos ministrados durante as reuniões, tirar-se-ão belas ilações e verificar-se-á o grau de aproveitamento dos elementos de uma ou mais patrulhas pelo espírito que será, fatalmente, demonstrado, visto que o rapaz se sente num ambiente largo, onde um horário deve imperar para bom cumprimento da tarefa que se pretende impor.

Temos, felizmente, que nos sentirmos satisfeitos, pelo muito que se tem feito nos últimos tempos.

A par das actividades nacionais patrocinadas pela Direcção do C. N. E. — este ano coroadas com o II Acampamento Nacional de Caminheiros, em Viana do Castelo —, tivemos vários Acampamentos de verão, nomeadamente o do Grupo 13, em Caminha, o da Junta Regional de Braga, e vários cam-porees (fins de semana) em Braga, Viana, Barroelas e em Barcelos.

Assistimos ao último cam-poree do Cávado, em Barcelos

e, embora, o tempo não tenha ajudado, o que afugentou algumas patrulhas, podemos dizer que constituíu um êxito. Com 8 patrulhas num total de cerca de 50 elementos activos, alguns caminheiros, chefes e dirigentes, foi possível levar a cabo o esquema da reunião, sem uma falha, e sempre com os mais lisonjeiros resultados.

Estiveram em campo, cerca de 80 escuteiros, montaram-se 10 cozinhas, 14 tendas, houve distribuição gratuita de palha, lenha e água, e ainda de 2 casqueiros a cada elemento. Tudo sem a menor dificuldade, a seu tempo e dentro do horário previamente estabelecido.

Nas inspecções aos locais onde as patrulhas estavam acampadas, efectuadas por alguns novos dirigentes e ainda por antigos que não querem perder o contacto com o movimento, inspirou sempre um alto espírito de justiça e de compreensão corrigindo e anotando o que não estava certo e louvando o que estava dentro das regras.

Durante o grande jogo, efectuado no perímetro da bouça, por todas as patrulhas ao mesmo tempo, foi notório o desejo de acertar, de mostrar o total aproveitamento das lições recebidas, sem o desejo de fazer bonito mas de fazer bem, enfim um revelador progresso por parte de todos, instrutores e instruendos, mercê dos anteriores contactos que em nosso entender, representam uma escola que se torna necessário acarinhar e promover sempre que possível.

Cabe aqui uma palavra de agradecimento a todas as pessoas que, de qualquer forma tem contribuído para uma maior expansão e até de desenvolvimento do escutismo na nossa região. Queremos referir-nos aos proprietários das bouças que circundam a cidade de Barcelos, e sem melindres para os demais, desejamos citar, entre outros, os Srs. Delfim Vinagre, João Duarte, José de Bessa e Meneses e Francisco Aguiar, que sempre se mostram dispostos a ceder-nos as suas matas para

## Pense para acertar

**É** impossível ditar regras fixas para se vencer na luta pela subsistência, dada a dificuldade de estabelecer normas de conduta que sejam aceites e seguidas por todos os indivíduos.

Cada um de nós apresenta uma personalidade peculiar, a reflectir não só as condições de carácter, de temperamento e de educação, como as de saúde e de meio, condições que se revelam pelas atitudes diversas em face de circunstâncias idênticas.

Contudo, nem por isso perdem valor certas sugestões para aqueles que se encontram na arena

### Henrique Calheiros da Silva

Motivado pela recente transformação que a Empresa Têxtil de Barcelos, Ld.<sup>a</sup> — *Fábrica de Malhas TEBE* — sofreu, e premiando as suas qualidades de trabalho e de aprumo, foi elevado à categoria de Gerente e posteriormente à de Sócio-Gerente, o nosso estimado amigo e companheiro de trabalho, Henrique Calheiros da Silva.

Foi, na realidade, um justo prémio, visto que Henrique Calheiros, além de carácter íntegro e moço compreensivo, alia as indispensáveis qualidades de disciplinador e de amigo — necessárias a quem comanda.

Muito há a esperar da sua eficiência e a TEBE pode considerar-se satisfeita, pois este activo e esforçado colaborador, conhece bem todos os sectores da parte produtiva e muito mais virá a fazer, dado o interesse que até aqui tem demonstrado, em bem servir a Empresa e os seus operários e empregados.

J. F.

### Armando Coutinho

Depois de uma viagem de estudo através da Alemanha, já se encontra entre nós, o nosso camarada Armando Coutinho.

nelas se desembaraçarem os nossos rapazes-escuteiros nas suas actividades e nos seus jogos.

A todos, que Deus lhes recompense em graças as gentilezas que nos têm cumulado e que nos desvanecem, incitando-nos a fazer sempre mais pela juventude da nossa cidade e de toda a região.

da vida, ansiosos por se saírem bem por se tornarem vitoriosos ou pelo menos para se disporem airoosamente com relação aos competidores.

Uma sugestão digna de apreço diz respeito à decisão em dar o primeiro passo. Deste depende a sucessão dos demais, e o êxito final no decorrer de uma simples iniciativa, de uma empreitada ou de uma contenda.

Constitui, pois, verdade trivial, que nada se deve fazer sem pensar e sem tomar logo a seguir uma resolução firme, da qual depende a decisão definitiva.

**PENSAR PARA ACERTAR**, é prevenir-se contra o perigo da afoiteza e do arrebatamento, em suma, da precipitação que conspira contra os melhores propósitos o anula as melhores diligências.

Estudos e observações realizados em alguns centros de trabalho, evidenciaram que elevado contingente de indivíduos descura esse preceito básico e outros preceitos elementares do mesmo método, no que respeita à preservação dos insucessos e também dos acidentes.

Comprovaram igualmente que tais indivíduos não fazem tudo quanto podem fazer pelo próprio êxito, por não adoptarem uma atitude mental positiva e enérgica, de agir com deliberação para se bastarem, mantendo-se hesitantes, na expectativa de uma ajuda ou de uma orientação alheia.

No que se refere às actividades quotidianas, desde as mais corriqueiras, cumpre ter sempre em mente — **PENSAR PARA ACERTAR** — e já mais dar o primeiro passo, sem levar na devida consideração as suas consequências.

Todo o valimento em qualquer obra, officio ou profissão decorre, implicitamente, da atitude do indivíduo, que não deve ser intempestiva nem protelatória, tendo em vista os possíveis *prós* e *contras*, que se alinham no curso de toda e qualquer decisão.

Viver é sempre uma empresa arriscada. E tanto mais arriscada, quanto nos deixamos levar pelos impulsos de momento, sem reflectir, sem considerar as dificuldades a enfrentar!

**PENSAR PARA ACERTAR**, ao tomar a primeira resolução e dar o primeiro passo constitui regra, norma banal a que todos devem obedecer. Neste caso, sim, a regra é fixa e de alcance geral.

Entretanto, quantos a descuram e quantos até mesmo a desconhecem, o que aliás nada tem de estranho, quando se sabe que as colectividades se compõem de elevada percentagem de elementos adultos cujo quociente intelectual não ultrapassa o de uma criança de 10 anos.

J. F.

## Discurso proferido em Coimbra, pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. H. Veiga de Macedo, em 23 de Setembro de 1959, por ocasião das comemorações do XXVI aniversário do Estatuto do Trab. Nacional e do II da Instituição das primeiras corporações

**C**REIO não ser preciso falar da satisfação que sinto por me ser dado conviver, nesta data memorável, com tantos e tão dedicados dirigentes das actividades nacionais.

Mas já não quero, a fim de não quebrar uma tradição, esquivar-me a dizer algumas palavras sobre a política corporativa e social, isto é, sobre o espírito que a ela preside ou deve presidir, sobre as realizações que tornou possíveis, e os programas de acção em que a mesma tem de desdobrar-se, cada vez mais, para que nos justifiquemos perante a nossa consciência e a consciência da Nação.

### 1.ª Parte

#### I

O nosso encontro neste dia ultrapassa a preocupação de recordar, com palavras ou sentimentos, o notável diploma promulgado em 23 de Setembro de 1933. Temos procurado, na realidade, que, todos os anos, as comemorações do Estatuto do Trabalho Nacional se legitimem e engrandeam mais, através de novos e mais dilatados empreendimentos de carácter social.

Comemorar não será tanto olhar para trás como abrir, dia após dia, os caminhos do futuro. Comemorar é acrescentar alguma coisa ao que está feito, e garantir permanência aos princípios inicialmente proclamados.

A esta luz se poderá dizer que os actos comemorativos do presente ano se justificam sobremaneira, seja pela extensão da obra realizada, seja pela autenticidade que a caracteriza.

A afirmação é particularmente válida no que respeita à estruturação e fortalecimento da ordem corporativa.

Nestes últimos tempos tornou-se possível, com efeito, ampliar sensivelmente a rede dos organismos, e de tal modo que se instituíram 22 Sindicatos, 21 Grémios, 18 Federações ou Uniões de Sindicatos, 15 Federações ou Uniões de Grémios, 60 Casas de Povo e 13 Federações de Casas do Povo. Além disso, numerosos organismos encontravam-se paralizados ou tinham vida precária e estão agora em actividade, e muitos outros se formarão ainda nos próximos meses, — sobretudo no meio rural, que se deseja ver integralmente coberto por Casas do Povo. Neste momento, mais de duzentos processos para criação de instituições desta natureza correm seus termos, o que é sintoma bem animador.

Por outro lado, se há dois anos e há um ano foram instituídas as primeiras seis Corpo-

rações, hoje são reconhecidas legalmente, como já tive ensejo de anunciar ao País, a Corporação da Imprensa e Artes Gráficas e a Corporação dos Espectáculos, em cujo funcionamento é lícito depositar as melhores esperanças.

Admite-se que nem todos se apercebam da intensidade do esforço despendido para alcançar tais resultados e que alguns se não mostrem completamente satisfeitos com a efectivação desta política.

Estou a pensar, nomeadamente, em certos teóricos que, na convicção de que só assim se respeitará a autonomia das Corporações, advogam que lhes devem ser reconhecidos os mais latos poderes no domínio económico, mesmo para além do âmbito específico das actividades ou categorias que representam. Embora bem intencionados, cometem erro análogo ao dos pensadores liberais, com a diferença apenas de que enquanto uns tudo sacrificam à corporação, os outros tudo subordinam ao indivíduo. Alguns deles vão tão longe que chegam a considerar o Estado inútil ou quase inútil, assumindo uma posição paralela à dos extremistas do individualismo que acabaram por preconizar as soluções de feição anarquista.

Em contrapartida, outros negam às Corporações qualquer parcela de poder económico, por menor que seja, uma vez que, em seu juízo, apenas devem ser organismos de informação e representação. Ao Estado competiria exclusivamente orientar e coordenar toda a vida económica e social.

Se tal critério viesse a prevalecer, as Corporações mais não seriam do que mera construção jurídica, desprovida de acção e vazia de sentido. Nem as funções políticas que lhes são atribuídas, incluindo as referentes à eleição do Chefe do Estado, bastariam para legitimar a sua existência.

Por motivos profundos de ordem nacional, pusemos de parte, e bem, os partidos, fonte de dissensões e causa de instabilidade política, como a experiência demonstrou. Mas não há dúvida de que os poderes do Estado têm de ser limitados, sob pena de se cair em formas de totalitarismo mais ou menos acentuado. Isso só poderá evitar-se através de instituições que ofereçam às diferentes actividades, em genuína representação de interesses, quadros necessários ao seu desenvolvimento e à sua disciplina e força suficiente para se imporem na medida em que não afectem as conveniências gerais da comunidade.

Governar com partidos conduzirá sempre à tirania de grupos irresponsáveis ou de clientelas políticas e, por fim, à ditadura, por inelutável reacção contra os desmandos do sistema. Mas governar sem corporações, ou com corporações diminuídas, tem perigos igualmente graves. Por isso, a nossa doutrina assenta fundamentalmente na concepção orgânica da sociedade.

A Nação tem a consciência desta verdade e, esbatidos entre nós os reflexos da grande desorientação que perturbou os povos depois da última guerra, vem compreendendo cada vez melhor a necessidade de se organizar. Assim se explica em grande parte o êxito da política corporativa do Governo.

Eis uma das razões da intransigência que afirmamos sempre que, directa ou indirectamente, estão em causa os fundamentos éticos da política nacional. Alguns — por vezes com responsabilidades — não querem ver ou reconhecer esses fundamentos, talvez para não ficarem presos a compromissos de doutrina, portanto permanentes, mas apenas a mal entendidas dedicações de ordem pessoal, por isso mesmo transitórias e contingentes. A nossa fidelidade aos chefes, para além do apreço devido às suas qualidades e virtudes, há-de basear-se na adesão consciente à mensagem de que são intérpretes — a qual, até pelo respeito que merecem, nos cumpre manter e transmitir.

Os homens passam; mas as instituições, quando se adaptam à vida e a servem, permanecem. Neste espírito, somos pelas instituições que nos diversos planos da vida do País enquadram os agrupamentos naturais e dão expressão às suas aspirações. Só através delas poderá ter continuidade o ressurgimento pátrio.

Por isso mesmo haveremos de levar por diante a Revolução Corporativa.

Estamos aqui para proclamar esta vontade e para dar testemunho da fé que nos acalenta. Daí, precisamente, o alto significado político do nosso encontro de hoje.

#### II

Revelando algumas determinantes essenciais da acção governativa e também aspectos da obra que pudemos ligar às comemorações em curso, estas reflexões evidenciam o carácter eminentemente político da missão de quantos se dedicam à institucionalização do Regime, na sequência lógica das suas premissas doutrinárias. Somos, por isso, acima de tudo, políticos, e encontramos-nos em total discor-

dância com aqueles que pretendem ser técnicos apenas e esquecem que a técnica não pode deixar de servir uma política, para não correr o risco de se converter, deformando-se ou abastardando-se, de meio que é, em fim que não deve ser, — o que seria, afinal, a pior das políticas.

Os adversários têm a noção do perigo que para as suas ideias traduzem a integração orgânica das actividades nacionais e a intervenção efectiva destas na vida do País. O ardor e os excessos com que muitos deles se manifestaram na última eleição do Chefe do Estado — que, de futuro, será escolhido por sufrágio de base corporativa — coincidem exactamente com a nova fase de revigoramento do sistema. Por outro lado, vai-se notando um recrudescimento de velhas campanhas contra os sectores da Administração com mais responsabilidades no ordenamento corporativo.

Se isto se compreende e comprova mesmo a eficiência da actuação desenvolvida, já não pode deixar de surpreender que outros, do nosso lado, tenham uma visão apolítica dos problemas e não se compenem da necessidade de conferir feição corporativa a todas as tentativas para solucionar as questões económicas, culturais e sociais.

Nem sempre são de temer as críticas e os ataques dos que têm da vida e do homem concepção oposta à nossa; é natural que aumentem a nossa vigilância e robusteçam o nosso espírito de luta, ao ameaçarem os valores do património comum. Neste aspecto, é lícito dizer que tiveram utilidade para a Nação as agitações que rodearam a última campanha eleitoral, já que a todos se patenteou então, por forma concludente, o perigo que muitos se recusavam a ver.

Mais de recear são, sim, as contradições internas duma política, isto é, a falta de correspondência entre os princípios que se apregoam e os actos que se praticam. Os regimes não caem tanto pela acção externa dos inimigos como pelo relaxamento político ou moral dos seus dirigentes e adeptos. Por isso só sobrevivem — e justo é que assim seja — aqueles que conservam estrita fidelidade ao pensamento que os fez nascer e ao mandato que lhes cabe realizar.

Importa, pois, ter coragem para advertir que é anticorporativa a acção de quantos pretendem atingir objectivos sociais ou económicos, ignorando ou pondo de parte a Organização. O mesmo se deve dizer da atitude daqueles que não favorecem a vida

e o desenvolvimento das instituições.

Todos os presentes sabem bem que, por vezes, as maiores dificuldades que se antepõem à evolução corporativa advêm de pessoas à frente de postos de maior ou menor responsabilidade. Quem assim procede deveria afastar-se, ao menos por uma questão de decoro, e dar lugar a outros mais leais e coerentes, capazes de servirem, com dignidade e eficácia, a causa comum.

Serão duras estas palavras? São necessárias. Em especial para os que julgam possível a estruturação orgânica das diversas actividades nacionais sem que, simultaneamente e em perfeita concordância com a essência do corporativismo, se elaborem e executem criteriosos programas de acção social.

## 2.ª Parte

### III

Não poderia falar-se em Revolução se, gradualmente mas com firmeza, não se facultassem a todos os portugueses condições de livre acesso aos benefícios da civilização, promovendo a realização da justiça, a protecção da família e a dignificação do trabalho.

Também neste campo o último ano foi fértil em acontecimentos propícios à melhoria do teor de vida dos trabalhadores.

Celebraram-se muitas convenções colectivas e, sempre que foi mister, fixaram-se normativamente ordenados e salários mínimos, com benefício para largas dezenas de milhar de trabalhadores de várias profissões.

A defesa do trabalho feminino ganhou novas expressões, principalmente no que se refere à dignidade da mulher, à situação das parturientes e das mães de família e ao regime de salários.

A prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais foi encarada em plano geral pela primeira vez, e a Campanha lançada com aquele objectivo vai colhendo já êxitos dos maiores.

A participação em congressos e reuniões internacionais reforçou o prestígio externo da nossa política social, convindo salientar a intervenção de Portugal na 43.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, e na reunião da Associação Internacional de Segurança Social, em Lisboa. Revestiu-se também de indiscutível actualidade a decisão do Governo de ratificar algumas convenções internacionais sobre assuntos do trabalho.

Estão a ter auspicioso cumprimento os preceitos legais sobre a cooperação das instituições de previdência e das Casas do Povo no fomento da habitação económica. Encontram-se em construção ou projectadas mais de oito mil casas económicas ou de renda económica, nas quais a Previdência investirá mais de se-

tecentos mil contos, sem contar com o planeamento que há-de derivar da aplicação do recente diploma respeitante ao problema habitacional de Lisboa.

Este diploma, dimanado da Presidência do Conselho, é da maior projecção social. A Previdência é agora chamada a desempenhar o papel que há muito se propunha na luta contra a carência de alojamentos e na instalação condigna de famílias que vivem em barracas ou noutras condições deficientes. O preço incomportável dos terrenos vinha obstando à materialização dos programas há muito preparados para a construção maciça, na capital, de habitações económicas, dentro dum plano de conjunto susceptível de operar um abaixamento generalizado de rendas e de impedir uma segregação social de todo invejável.

O regime de empréstimos previsto na Lei n.º 2.092, de 9 de Abril de 1958, está a ter a melhor aceitação, como prova o elevado número de pedidos de crédito, autorizados ou em vias de o ser, para construção ou beneficiação de casa própria. Além disso, as Caixas e as Casas do Povo delinearam também os seus primeiros programas para as regiões agrícolas, alguns dos quais se concretizam em centenas de moradias nas diversas modalidades, incluída a da concessão de empréstimos aos interessados.

No que respeita à Previdência, adiantaram-se os estudos tendentes à execução da sua projectada reforma, que se espera obtenha consagração legislativa dentro em breve, depois de apreciada pela Câmara Corporativa. Ao mesmo tempo, neste último ano a Previdência alargou o seu campo de aplicação, e a cooperação técnica e financeira com a Casa do Povo acentuou-se com as maiores vantagens para a cobertura sanitária das populações não urbanas. A aprovação dos regulamentos de algumas Caixas permitiu, entre outros benefícios, a melhoria das pensões de velhice e invalidez, dos subsídios por morte e da protecção materno-infantil. Pôde também resolver-se, por despacho recentemente exarado, o velho problema das inscrições canceladas, cujo fundo foi cuidadosamente organizado.

Por seu turno, os Serviços Médico-Sociais passaram a abranger áreas mais extensas e a dispor de novos centros clínicos, alguns dos quais, como o de Radiologia e o de Estomatologia, em Lisboa, são o que de melhor até agora se conseguiu, segundo depoimento insuspeito de qualificados técnicos estrangeiros. Frisar-se-á ainda haver sido possível solucionar a questão da remuneração dos médicos, das assistentes sociais, dos enfermeiros e do pessoal administrativo da Previdência, tendo sido feita, desta forma, a justiça devida aos

# ○ « Boletim Social da TEBE » continuará a sair, normalmente todos os meses

mais directos colaboradores das Caixas e suas Federações.

Para se fazer uma ideia do incremento da Previdência, bastará notar que, só no ano findo, as instituições distribuíram benefícios de importância superior a um milhão de contos.

Os últimos doze meses foram também fecundos na execução do Plano de Formação Social e Corporativa. A obra erguida ao abrigo da Lei N.º 2.085, de 17 de Agosto de 1956, credita-se como a mais vasta até ao presente realizada entre nós no campo da educação social. Tal obra está patente no funcionamento dos órgãos essenciais do Plano e, em particular, da Junta da Acção Social e do Instituto de Formação Social e Corporativa, na estruturação da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, no movimento para a regularização, pelo casamento, de inúmeras situações familiares não conformes com a lei e a moral, na impressão de livros e doutras publicações sobre os diversos aspectos da política social, no patrocínio financeiro dispensado às escolas de formação de assistentes sociais, na preparação de centenas de bibliotecas a distribuir pelos locais de trabalho e pelas instituições corporativas e na organização das primeiras missões sociais, que dentro de semanas começarão a actuar por esse País fora.

Finalmente, e para não alongar a exposição com alusões a muitas outras providências tomadas, elucida-se que a política da ocupação dos tempos livres recebeu novo e decisivo impulso através da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. Recordar-se-á o primeiro estádio de desportos para trabalhadores, situado em pleno coração de Lisboa, foi inaugurado há pouco, com a presença sumamente honrosa do Senhor Presidente do Conselho e do Senhor Ministro da Presidência. Também entrou em funcionamento a colónia de férias da Foz do Arelho, e a F. N. A. T. adquiriu, em S. Pedro do Sul, um magnífico edifício para a primeira colónia de campo, e adjudicou as obras da construção de idêntico estabelecimento no Cabo do Mundo, perto do Porto. Ainda no corrente ano há-de inaugurar-se, no Algarve, a esplêndida colónia de Albufeira, que poderá funcionar durante a maior parte do ano.

### IV

Devendo agora reportar-me aos planos de acção para o próximo ano, direi, antes de mais, que a folha oficial desta data, além dos decretos sobre a instituição da Corporação da Imprensa e Artes Gráficas e da Corporação dos Espectáculos, e dos regimentos das Corporações da Indústria e do Comércio, insere um Decreto-Lei que reorganiza os Sindicatos Nacionais de modo a possibilitar mais eficaz representação dos trabalhadores, bem como os diplomas que ratificam as convenções internacionais sobre discriminação em matéria de emprego e profissão e sobre a fixação de salários mínimos.

Não tendo sido possível, por motivos ponderosos, publicar o novo Código de Processos dos Tribunais do Trabalho, a Lista das Doenças Profissionais e a primeira Tabela Nacional de Desvalorização, confia-se em que tais diplomas sejam promulgados nos próximos meses, visto estarem já concluídos os trabalhos preparatórios. O mesmo pode dizer-se relativamente a mais dois importantes decretos-lei: um, transformando o Conselho Superior da Previdência em Conselho Superior da Previdência e Habitação Económica e prescrevendo que, de futuro, o Governo estabelecerá, em cada caso, a obrigação de construção de casas para trabalhadores às novas empresas que se formem; o outro, solucionando, mediante disposições inovadoras e de marcado sentido humano, algumas delicadas questões sobre a reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais e, em especial, a silicose.

Encontrando-se adiantados os estudos para a revisão da Lei N.º 1.952, de 10 de Março de 1937, sobre o contrato de prestação de serviços, conta-se que venham a ser publicados também novos preceitos legais sobre assunto de tanto interesse para os trabalhadores, que, aliás, por intermédio dos Sindicatos, têm dado voz ao anseio de que se remodele uma legislação tão desactualizada.

(Continua no próximo número)

Este número de 12 páginas foi  
Visado pela Comissão de Censura

# Jornal Feminino

## DA MULHER PARA A MULHER

**P**OR gentil deferência da sua amável directora, Ex.<sup>ma</sup> Snr.<sup>a</sup> D. Elisa de Carvalho, continuamos a receber com regularidade impressionante esta magnífica revista de motivos e assuntos femininos — Da Mulher para a Mulher — mas que os homens gostam de ler.

Além da enorme variedade de desenhos e figurinos, apresenta esta revista, escolhida e preciosa colaboração, sobre os mais diversos assuntos relacionados com a mulher e a criança, por si só suficientes para interessarem as inúmeras leitoras portuguesas.

Mas, não contente com isso, este magnífico «Jornal Feminino», presta às suas leitoras outros motivos de interesse, como sejam concursos, passatempos, sugestões para lavo-

res femininos e até promoveu a realização de Jogos Florais que obteve um assinalado e retumbante êxito.

Tivemos imensa pena de não nos ter sido possível assistir ao Festival da distribuição de prémios mas tivemos conhecimento do alto nível das produções enviadas e até da forma selecta como esse Festival decorreu.

Como éramos devedores desta despreziosa saudação a «Jornal Feminino», à sua Directora e a todos os elementos que tão proficientemente colaboram na sua execução, aqui deixamos bem patente o nosso desejo de longa vida, repleta de felicidades na certeza de que o esforço dispendido terá, com toda a certeza, a compensação merecida.

J. F.

## Fábrica de Malhas TEBE

A fábrica de malhas **TEBE**, situada na privilegiada região minhota de Barcelos, constitui, hoje, na valorização da economia nacional um contributo apreciável na manutenção de muitas centenas de lares.

O seu aglomerado fabril, composto na maior parte de gente filha de Barcelos, bem merece um carinho especial de todos os bons barcelenses.

Os seus artigos, confeccionados por um equipamento moderno da melhor maquinaria e acabados por mãos femininas, são símbolos do bom gosto e da perfeição.

Desde a camisola mais singela à combinação mais requintada, tudo merece sempre o mesmo carinho e notória perfeição.

Lembramos a todas as senhoras distintas que os nylons **TEBE** caminham seguros da sua perfeição, porque, confeccionados com tons encantadores e distintos, são suaves, cómodos e indiscutivelmente belos.

A fábrica de malhas **TEBE** é o padrão altíssimo dos nylons da senhora distinta.

As combinações, parures e camisas de noite **TEBE** são belas e cómodas... eis as razões convincentes da sua preferência por todas as elegantes de Portugal.

Além dos artigos de nylon, a **TEBE** fabrica também em algodão e seda com a certeza de bem servir.

Preferir **TEBE** é saber preferir.

**TEBE!** Um nome na economia nacional.

## AVISO

O «Boletim Social da TEBE» passará a sair trimestralmente.

# O HÁBITO

**D**E bom ou de mau grado, todos estamos sujeitos à mesma sorte de cobaias de laboratório. Somos animais de experiência.

Por quantas provas passamos, a fim de adquirir as noções indispensáveis à sobrevivência!... Conforme as circunstâncias e até certa idade, essas experiências foram dolorosas e até ruinosas. Aprendemos, assim, que o fogo queima.

Com o correr dos anos, tomamos conhecimento de ordem prática do que é bom ou mau, educando a nossa capacidade de auto-defesa.

Ao lado, pois, do que nos ensinam, aprendemos muito por conta própria. Estabelece-se, assim, paulatina e automática disposição subconsciente, que nos impele a nos aproximarmos mais do que é agradável e proveitoso e a nos precavermos do que é desfavorável, desagradável e nocivo.

Temos sempre presente o resultado de tais experiências, conquanto, não raro, elas sejam erroneamente aplicadas, razão pela qual muita gente necessita de readaptação ou até completa alteração dos hábitos.

Nem tudo quanto julgamos bom é bom por toda a existência. Nem tudo quanto nos fez ou nos faz mal, em determinada ocasião continuará a ser sempre prejudicial.

Com o passar do tempo alteram-se as condições do nosso organismo, assim como a nossa capacidade de reagir em face, por exemplo, do calor ou do frio, ou de suportar certos alimentos e medicamentos.

Não convém, por conseguinte, escravizarmo-nos a práticas tidas como proveitosas, nem recusarmos outras, por terem sido um dia mal sucedidas, sem admitir a hipótese de uma nova verificação ou prova em contrário.

Guardamos, pois, lembranças enganadoras daquilo que nos fez bem ou mal, porque não tivemos a cautela de anotar, no momento, as particularidades e susceptibilidades reacionais, a fim de constatar, passados anos, as transformações verificadas.

Se assim procedessemos, não nos escravizaríamos inutilmente a hábitos que devem ser alterados em proveito próprio.

Por um juízo antecipado ou erróneo, condenamos em muitos casos, e de modo peremptório, um alimento que em determinada ocasião foi causa de um distúrbio digestivo ocorrido em virtude de o organismo não se achar em condições de tolerância, e não por culpa do alimento incriminado.

Pessoas há, que passam anos sem experimentar este ou aquele alimento, por simples. Recordo-me de um senhor que, quando criança, tomara aversão ao melão, não admitindo, nem mesmo por hipótese, de o provar. Já idoso não pôde rejeitar a fruta num almoço de cerimónia. Logo às primeiras dentadas teve a surpresa agradável de o achar delicioso! Lamentou então, o tempo que havia perdido rejeitando a saborosa fruta.

Pelo exposto, concluimos dizendo que não devemos aferir-nos demasiado às experiências registadas em eras distantes. E não é só com relação aos alimentos que elas falham.

Todos os preconceitos decorrem de nos mantermos presos a uma cadeia de hábitos inveterados, porque não nos damos ao trabalho de fazer uma revisão, a fim de actualizarmos as nossas tendências, idiossincrasias e hábitos viciosos.

J. F.

## Canção da serenidade

ESPADA  
EMBAINHADA  
A MINHA INTELIGÊNCIA  
MEU COFRE SOU EU  
ARCABOIÇO ATEU  
SÔMENTE AUSÊNCIA  
O QUE SOU CAPAZ  
ESTÁ ENTRE A GUERRA E A PAZ  
SE É SORRISO É DOR  
DEPOIS SÔZINHO COMIGO  
SOU PRÉMIO E SOU CASTIGO  
MEU SANGUE É TODO AMOR

Casimiro de Brito



# Aniversários V É N U S

Secção dirigida por Carlos Quinta e Costa

Fazem anos no mês de Setembro,  
os nossos seguintes companheiros:

DIA 1 — Alberto dos Santos Miranda, Alda Amélia P. Cardoso, Maria de Fátima P. Fernandes e Maria José C. Miranda.

DIA 2 — José Augusto da Silva Pereira.

DIA 3 — António Quinta e Costa, Ari de Sousa Pereira e António da Silva Lopes.

DIA 4 — Maria Amélia F. Pereira.

DIA 8 — Maria Francisca G. Neto e Maria Antónia A. da Silva.

DIA 9 — Rosalina Prazeres Gonçalves.

DIA 10 — Maria Adelaide Lopes Araújo, Maria Odete C. Guimarães e Maria de Lourdes P. dos Santos.

DIA 11 — Armando Alberto Azevedo Coutinho e José Machado.

DIA 12 — Manuel Machado Fernandes.

DIA 13 — Isaura Martins Vieira, Maria Arminda M. Salgado e Francisco Ribeiro da Costa.

DIA 15 — Rosalina Queirós de Araújo e Maria José Alves Cardoso.

DIA 16 — Teresa Miranda de Sousa, Rosa de Jesus C. Torres, Maria Justina Miranda Rego, Olívia Rosa P. da Silva e Maria da Conceição F. da Costa.

DIA 17 — Alexandrino dos Santos Cardoso.

DIA 18 — Joaquim Rodrigues, Maria da Glória Santos Pimenta e Deolinda da Silva Gomes.

DIA 19 — António Augusto Matos de Carvalho, Maria Rosa Meireles Coelho, Joaquina Sousa e Silva, Maria da Conceição L. da Costa, Alzira Fernandes e Deolinda Martinho Lourenço.

DIA 20 — Domingos da Silva Santos, Maria Helena Alves Baptista e Maria Sofia P. Rodrigues.

DIA 22 — Domingos Marques Reis, Maria Célia M. Sousa e Maria do Carmo Leal Ribadas.

DIA 23 — Domingos da Costa Andrade, Cândida Pereira F. Lima e Maria Isaura P. Alves.

DIA 24 — Ana Gonçalves P. da Costa.

DIA 25 — Maria das Dores P. Rodrigues, Manuel Veloso Miranda, Maria Domingues de Araújo e Maria Carminda Martins Lopes.

DIA 26 — Manfredo Arnaldo da C. Silva.

DIA 27 — Alzira de Azevedo Gomes.

DIA 28 — Maria da Glória C. Amaral e Maria Luísa Neiva Veloso.

DIA 29 — Conceição Gomes Durães.

DIA 30 — Maria Alice R. Fernandes.

A todos, os nossos parabéns.

## Algumas considerações sobre as Bibliotecas Itinerantes

(Continuação da página 10)

Creio profundamente na influência decisiva e benéfica de um livro no espírito humano, sobretudo naquelas almas ainda indecisas e nas desorientadas ou perplexas, e, por isso, sinto a grande responsabilidade que me pesa sobre os ombros ao indicar os livros que me parecem mais convenientes para o indivíduo que tenho na minha frente.

É difícil, por vezes, em momentos breves, aperceber-me da psicologia daqueles que se acercam de mim, alguns cheios de exigências e convencidos da sua invulnerabilidade psíquica, ambonando leituras reservadas aos adultos com elevada preparação cultural. É o meu mais difícil trabalho convencê-los a aceitarem obras mais compatíveis com a sua idade e mais

acessíveis ao seu grau de instrução. São sobretudo as raparigas estudantes liceais as que mais desejam ler o que não devem.

Outro facto que me apraz registar é a grande procura de livros de instrução profissional. São os artifices, os lavradores, os técnicos em formação, que procuram livros capazes de os orientar e ajudar a aperfeiçoar-se numa profissão na qual começaram a ganhar a vida com uma preparação verdadeiramente empírica.

Admiro o esforço destes homens, que buscam inteligentemente uma instrução especializada, que não tiveram, quase sempre por falta de meios.

Por vezes, nos meios rurais, assistimos a um facto engraçado

Somos  
obreiras mãos silenciosas  
carpindo forma com desencantamento  
mas esperança  
somos  
os dedos que puxam redes  
a desbravar segredos e riquezas  
que as ondas não queriam  
dar.  
Temos  
velas serenas e continentes  
cheios de surgir  
mas eis que o capitão não quer  
ah, ele não quer partir!  
Levaremos a nau  
sós  
vamos cantar hinos contra os hinos  
nós  
que somos obreiras mãos silenciosas  
que abrimos cortinas  
agora com desencantamento  
ah, mas com esperança!

Lisboa

RAUL MENDES SILVA

e quase estranho: Os homens feitos, pais e até avós, querem apenas os livros destinados às crianças, como sejam contos, histórias fantásticas ou livros de aventuras. Pedem-nos esses livros um pouco envergonhados; mas ansiosos porque se lhes satisfaça aquele desejo. Nós pensamos, então, se estes homens não atingiram uma maturidade psíquica normal ou se querem apenas preencher uma lacuna há muitos anos submersa sob as múltiplas preocupações, mas ainda um lugar vazio, com uma dívida em aberto nessa gente que em menino teve de reprimir a imaginação por tomar demasiadamente rapidamente contacto com as realidades prementes da vida nas classes menos afortunadas.

Vão estes homens satisfeitos com os seus livros de criança e nós pensamos que devido à acção destas bibliotecas não haverá, no futuro, mais homens que desejem entreter as suas horas de ócio em literatura infantil, pois que já tiveram quem se lembrassem das suas ambições e necessidades de criança.

Não são as nossas palavras modestas e apagadas que vão pôr em relevo a acção filantrópica da Fundação Calouste Gulbenkian, pois que homens e entidades de mais larga projecção têm publicamente manifestado a sua admiração pelo vasto e elevado empreendimento em prol da beneficência e cultura que esta organização tem espalhado, metódicamente, por todo um Portugal, que ora se renova. O próprio Governo da Nação o reconheceu publicamente, condecorando o seu ilustre Presidente do Concelho de Administração, Dr. Azevedo Perdigão.

O nosso desejo é somente corresponder, dum modo integral, à confiança que os altos dirigen-

tes em nós depositam chamando-nos para a realização de uma tarefa, que serve um tão elevado ideal, como é este de erguer o nível cultural da nossa gente.

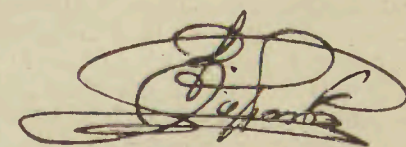
A cultura das massas populares há-de reflectir-se na organização da sociedade, passando certamente os homens a conhecer mais e melhor os seus deveres do que a impor os seus direitos.

Não podemos também deixar de agradecer e enaltecer a acção orientadora e esclarecida dos Ex.<sup>mos</sup> Senhores Director, Inspectores e Chefe de Serviços Externos, que várias vezes nos têm visitado e que sempre recebemos com verdadeiro prazer, não só pelo agradável convívio de alguns momentos, mas também porque muito desejamos os seus conselhos e porque gostamos de seguir dentro dos moldes por que nos têm, tão gentilmente, orientado.

Sentimo-nos peregrinos dum mundo ideal, e as páginas do livro em que nos vamos debruçando é a grande alma do nosso povo agradecido e na qual pretendemos penetrar na ânsia de melhor conhecer os homens e melhor os compreender.

Creio que ninguém inteligente poderá jámais deprimir ou recuar a acção das Bibliotecas Itinerantes e, se alguém o fizer, é apenas por falta de visão ou por arrebatamento de paixões egoístas, que turvam o, olhar mesmo o dos que têm responsabilidades intelectuais.

Barcelos, 31 de Julho de 1959.



## Aspectos Sociais da Prevenção dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

(Continuação da página 3)

### 3—O Caso Português

SEM entrar em grandes explicações que estariam fora dos objectivos que me proponho e portanto deslocadas deste trabalho, poderemos contudo afirmar que, em Portugal, a lei n.º 1.942 de 27 de Julho de 1936, embora não dê uma definição de acidente de trabalho, aponta as características que devem informar esta figura jurídica e que, resumidamente são:

- Acidente sucedido durante a prestação do trabalho por conta de outrem (tempo);
- Acidente sucedido em virtude dessa prestação (causa).

Por outro lado, as doenças profissionais são as que constam da enumeração do art.º 8.º da mesma lei ou aquelas, que embora sem constarem da referida lista, resultaram ou do ambiente de trabalho em que são contraídas ou do agente nocivo que as provocou.

Duma maneira geral, são afecções emergentes do exercício de uma profissão, em consequência de uma acção danosa, lenta, repetida e duradoura — por exemplo de tóxicos — aos quais os trabalhadores estão expostos no decurso do seu labor.

Têm uma origem externa ao organismo, como o acidente de trabalho, mas distinguem-se deste pela progressividade do seu aparecimento e da sua evolução e pela impossibilidade de lhe assinalar uma data determinada. Atingem somente os que exercem certas profissões, que se expõem aos perigos inerentes a estas e surgem de uma maneira constante e homogénea, a menos que sejam tomadas medidas especiais de higiene e profilaxia capazes de remover as suas causas, aliás muito variadas, embora a lista das doenças profissionais mencionada na referida disposição legal, seja, para a época actual, reduzida, o que torna cada vez mais instante a necessidade da sua anunciada actualização.

Não vale também a pena — até porque o assunto já tem sido tratado com a maior proficiência — aprofundar a questão de saber se dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais deriva responsabilidade para a empresa e, em caso afirmativo, qual o seu fundamento. Basta recordar que o princípio da indemnização obrigatória é o resultado de uma lenta evolução na teoria e na prática jurídicas. Três, são as etapas em que se decompõe esta evolução: a delictiva ou culposa, a contratual e a

do risco profissional que vão sucessivamente ampliando a medida do amparo devido aos trabalhadores sinistrados.

Na lei n.º 1.942 parece-nos que não foi seguida, na sua pureza, a teoria do risco profissional. Na discussão que na Assembleia Nacional precedeu a promulgação desta lei dizia-se que: "... no conflito de interesses entre o patrão e o trabalhador, deve sacrificar-se o interesse do mais forte, quer dizer do mais rico que é o patrão". No relatório ministerial que acompanhou a proposta de lei, afirmava-se que não há risco da profissão, mas o do trabalho. A responsabilidade do patrão deve ser por isso exigível enquanto durar o trabalho, desde que por ele seja ordenado e dirigido ou de algum modo fiscalizado, especialmente quando exista um objectivo de lucro.

A ser assim, a lei n.º 1.942 baseia a responsabilidade do patrão, no princípio do risco da autoridade.

Em obediência aos seus ditames, as entidades patronais, na sua grande maioria, entregaram às sociedades de seguro mercantil a cobertura dos riscos contra acidentes de trabalho e doenças profissionais e embora existam já alguns elementos de estudo sobre a actividade destas Empresas — designadamente os constantes da interessante publicação anual da Inspeção Geral de Crédito e Seguros — eles não só não distinguem entre acidentes de trabalho e doenças profissionais como não esclarecem quanto à gravidade e consequências de uns e outros em cada uma das actividades nacionais.

(Continua no próximo número)

## Algumas considerações sobre as Bibliotecas Itinerantes

(Continuação da página 3)

ainda, com o mesmo prazer que sentiram nossos avós quando folheavam, embevecidos as páginas amorosas e trágicas do Amor da Perdição.

São dezenas de volumes desta obra, que temos, constantemente, a passar de leitor para leitor numa ansiedade e sofreguidão que, por vezes, nos surpreende.

Entretanto verifica-se, com mágoa, que os livros de versos não interessam nem aos jovens nem aos mais idosos. É quase com desdém e por favor que aceitam o nosso alvitre de levarem algum livro de poesias. Anda, também, a nossa gente, agora pouco habituada a ouvir recitar e, talvez, por isso mesmo, não saiba ler e sentir a beleza da nossa poesia. É certo que a leitura de versos só interessa, realmente, a gente de cultura e sensibilidade delicada.

Do que observámos concluímos que, para já, a grande maioria de leitores interessa-se apenas pelo desenrolar dos acontecimentos de uma obra, ficando em suspenso a beleza da linguagem ou do estilo ou, ainda, as ideias apresentadas ou expostas.

Creio, no entanto, que adquirido o interesse pela leitura, aqueles que começaram por ler, com alvoroço, na ânsia de ver o desfecho da obra, hão-de, com o tempo, habituar-se a saborear as

muitas belas páginas dos tantos livros, que me dispense de mencionar, dos nossos insígnis prosadores.

IV

### O agradecimento do povo Português

PARA sermos justos, não podemos deixar de reconhecer que, em breve, o País, muito deve e mais ficará a dever às Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian que, pela sua já larga contribuição no nível de cultura do povo português, constitui e constituirá um prolongamento vivo e imutável da cultura, das artes, das letras e das ciências para bem duma melhor e maior compreensão da Família Portuguesa.

V

### Aspectos psicológicos verificados

DA influência notável das Bibliotecas Itinerantes só os anos futuros poderão dar a visão nítida; mas a ninguém passará, certamente, despercebido hoje o bem inestimável deste benefício que, pròdigamente, se vai espalhando por todo o País.

(Continua na página 9)

Use só Malhas TEBE



SÃO BERNARDINO — PARAGUAI: Local de Repouso dos Paraguaio e Argentinos. Clima Maravilhoso.

A rua North Richmond era sossegada, excepto à hora da saída dos rapazes da escola Christian Brother's. Uma casa de dois andares, inabitada, ficava ao fundo, separada das demais por um quadrado de terreno. Os outros edifícios da rua, conscientes das vidas decentes que guardavam, olhavam uns para os outros com fachadas escastanhadas imperturbáveis.

O antigo inquilino da nossa casa, um padre, morrera num quarto da sala das traseiras. Sentia-se um cheiro a bafio em toda a parte e o quarto de arrumações, por detrás da cozinha, estava cheio de papéis velhos. Entre essa papelada, descortinei alguns livros que tinham as páginas encaracoladas pela humidade: *The Abbot*, por Walter Scott, *The Devot Communicant* e as *Memórias de Vidocq*. O último foi o que mais me agradou, por ter as folhas amarelas. No jardim selvagem havia macieiras e alguns arbustos; escondida num dos arbustos encontrei uma antiga bomba de bicicleta, enferrujada, que pertencera ao primeiro inquilino. Fora um padre muito caritativo; no testamento, deixara todo o seu dinheiro a instituições, e o mobiliário à irmã.

Quando vieram os dias curtos de Inverno, já fazia escuro antes de jantarmos. Se nos encontrávamos na rua, as casas tornavam-se sombrias. O pedaço de céu por cima das nossas cabeças ficava cheio de tons de violeta, e para ele elevavam-se as tênues lanternas dos candeeiros. O ar frio atormentava-nos e brincávamos até ficar com os corpos cansados. Os gritos ecoavam na rua silenciosa. As brincadeiras levavam-nos aos becos lamacentos, por detrás das casas, e daí corriamos pelos jardins, de onde vinha o cheiro dos freixos, indo até aos escuros e cheirosos estábulos, onde um cocheiro tratava e penteava um cavalo, ou tocava música, dobrando o arreo. Quando voltávamos para a rua, a iluminação das janelas das cozinhas já enchera a área. Se víamos o meu tio dobrando a esquina, escondíamos-nos na escuridão até o vermos entrar em casa. Se a irmã de Mangan aparecia na porta da entrada, chamando-o para o chá, espreitávamo-la da rua. Esperávamos até ver se ela ficava ali, ou se desaparecia; se continuasse, abandonávamos a rua cheia de sombras e dirigimo-nos resignadamente para os degraus da casa de Mangan. A rapariga estava à nossa espera, a figura desenhada pela claridade que vinha do interior. O irmão arreliviava-se sempre antes de obedecer, e eu ficava nas grades a olhá-la. O vestido flutuava-lhe no corpo quando se movia, e a grande e sedosa trança do seu cabelo mexia-se de um lado para o outro.

# O BAZAR

Todas as manhãs eu ficava deitado no chão da sala da frente, espreitando a sua porta, com a gelosia corrida para que me não vissem. Quando a rapariga aparecia, o coração principiava a bater. Corria para o *hall*, agarrava nos livros e seguia. Levava-a sempre no olho até chegarmos à altura em que os nossos caminhos divergiam; nessa ocasião apresentava o passo para me cruzar com ela. Isso acontecia todas as manhãs. Nunca lhe falara; apenas ousei dizer-lhe algumas palavras casuais. No entanto, o nome da rapariga excitava o meu sangue juvenil.

A sua imagem acompanhava-me mesmo até aos lugares mais

peito. Não pensava no futuro. Ignorava se algum dia lhe dirigiria a palavra; se lhe falasse, não sabia como confessar-lhe a minha estranha adoração. Mas o meu corpo era uma harpa, e as suas palavras e gestos eram como dedos que corriam nas cordas.

Por JAMES JOYCE

Certa noite fui até à sala onde o padre morrera. Era uma noite chuvosa e escura, e não se sentia ruído algum em toda a casa. Através de uma das vidraças partidas, ouvia-se a chuva cair de encontro ao chão, — finas e contínuas agulhas de água brincando.

Qualquer lâmpada distante ou janela iluminada, brilhavam no fundo da noite. Sentia-me con-



hostis a qualquer romance. Nas noites de sábado, quando a minha tia ia às compras, eu acompanhava-a, a fim de segurar alguns embrulhos. Atravessávamos as ruas cintilantes, apanhávamos empurrões de homens bêbedos e de vendedeiras, passávamos pelo meio de operários, ouviam-se as ladainhas dos rapazes que estavam de guarda aos barris de carne de porco, as vozes nasaladas dos cantores da rua, cantando acerca de O'Donovan Rossa, ou qualquer balada sobre a nossa terra. Todos esses ruídos convergiam, numa sensação de vida para mim. Imaginava abrir caminho com a minha taça através de uma multidão de adversários. O seu nome brotava dos meus lábios em estranhas orações que eu próprio não compreendia. Os meus olhos enchiam-se amiudadamente de lágrimas (não sabia porquê), e por vezes uma onda de ternura parecia inundar-me o

tente por estar às escuras. Os meus sentidos pareciam desejar encobrir-se, e, percebendo que os estava atraçoando, obrigaram-me a apertar as palmas das mãos, uma de encontro à outra, enquanto eu murmurava: "Oh amor! Amor!..."

Finalmente, um dia a rapariga falou-me. Quando me dirigiu as primeiras palavras, fiquei de tal maneira confundido que não fui capaz de responder. Perguntou se eu ia a "Araby". Não sei se lhe respondi sim ou não. "Deve ser um esplêndido bazar", disse ela, "eu gostaria imenso de lá ir".

— E porque não vai? — perguntei.

Enquanto falava, a rapariga ia enrolando uma pulseira em volta do braço. Não podia ir, porque naquela semana havia um retiro no convento... O irmão e outros dois rapazes lutavam pelos bonés, e eu estava sozinho encostado às grades.

Ela inclinou a cabeça na minha direcção. A luz do candeeiro que ficava em frente da nossa porta apanhava a curva branca do seu pescoço, iluminando-lhe o cabelo e a mão em que se apoiava, resvalando para um dos lados do seu vestido.

— Aquilo é bom para ti — disse ela.

— Se eu for, hei-de trazer-lhe qualquer coisa.

Quantas inumeráveis malqueras me passaram pelo pensamento de dia e de noite depois daquela tarde! Gostaria de aniquilar aqueles aborrecidos dias de espera. Irritava-me com o trabalho da escola. Durante a noite, no meu quarto, e durante o dia, na minha aula, a sua imagem sobrepunha-se aos livros. As sílabas da palavra "Araby" eram evocadas por mim através do silêncio, no qual a minha alma vicejava.

Pedi licença para ir ao bazar no sábado à noite. Minha tia ficou admirada. Eu respondia a poucas perguntas durante a aula. Surpreendia a cara do professor variando de expressão, desde a amabilidade até à rigidez; ele esperava que eu não começasse a mandriar. No entanto, era-me impossível reunir ideias. Quase não tinha paciência para o trabalho sério da vida, que se interpunha entre mim e o meu desejo. Aquilo parecia-me um trabalho infantil, feio e monótono.

Na manhã de sábado, tornei a lembrar a meu tio que desejava ir ao bazar naquela noite. Ele procurava a escova de chapéus, e respondeu-me em breves palavras:

— Sim, meu rapaz, já sei.

Como estava no *hall*, não podia atravessar para a sala da frente e estender-me ao pé da janela. Deixei a casa de mau humor e fui vagarosamente para a escola. O ar estava cruelmente agreste e o meu coração logo começou a reacear.

Quando voltei a casa para jantar, meu tio ainda não chegara. Também, ainda era cedo. Sentei-me, olhando para o relógio, e quando o seu *tic-tac* me começou a irritar, abandonei o aposento. Subi as escadas e fui para a parte superior da casa. Os quartos vazios, frios e tristes, libertaram-me, e passei de uns para os outros, cantando. Da janela que dava para a frente, vi os meus companheiros brincando lá em baixo, na rua. Os seus gritos chegavam até mim fracos e indistintos, e, pousando a minha testa contra o vidro frio, olhei para o edifício escuro onde ela vivia. Talvez permanecesse ali durante uma hora, nada mais vendo além da figura escurecida, apanhada pela minha imaginação, discretamente tocada pela claridade na curva do pescoço, na mão que se encostava às grades.

Quando voltei para baixo, encontrei a senhora Mercer sentada

(Continua na página 2)



## POEMA

*No próprio e santo centro dos torrões, lá onde é noite e luz que é porque as vozes cantam, no seio das amoras, na curva das cascatas, onde os meninos roçam os cabelos num vento despertado e cuidadoso, sob o pesar dos montes, onde a verdura cresce iluminada sustida por um braço e os perfumes perdem a presença, e a loucura é mansa, lá na solene e sábia cozedura das horas e dos ângulos estava marcado o sítio, e para ele a chuva.*

*E nas contínuas tardes ao se estender calor, ou nos amargos temas, ao perfurar um seixo a face mais mgoada, onde não ter na mala fingiu-se mala cheia, lá no fundo das mortes por entre os dedos tensos, nas paredes do quarto e num tenaz silêncio quando o mais surdo Agosto temia-se marítimo, porque era imenso o trigo mas se ficava em baixo, onde os ratos roíam a rolha da garrafa, na pálida manhã cheia de inertes cartas, ao ter das trovoadas a solidão transida e lá na longa lama do meu leito era gravado o corpo, o nome e teus sentidos.*

*Aí atrás das portas, onde era feito o rio e se juntavam as lágrimas perdidas que não contamos fossem persistentes, quando picavam cactos e era nosso o sangue que saltava por esses mesmos picos, lá no imenso medo, lá meu amor na hora em que ao cair da noite se misturava tudo numa queda, no sítio das perguntas e do que está longe, na boca das securas, na troca-tintas tonta, nas mãos, nas algibeiras, ao olhar das estrelas e mordê-las, no múltiplo desastre, oh meus senhores, na charra solidão ao pé dos gritos, oh meus senhores, oh queridas coisas, oh meu Senhor do Meio, aí era, aí era, saltava carimbada a nossa paz, tudo era extenso e nobre e tinha vento.*

*Nos passeios à tarde, pela fresca, seguia eu a pé muito calado, sentavas-te a meu lado quando a chuva caía tal e qual pelas janelas, à noite era boa-noite a ti que te dizia, comigo é que tiravas os retratos, e, nos caminhos, só Ele é que sabia seguirem nossos pés nuns únicos sapatos.*

*Já eram largas fontes que corriam no peito das jornadas, as folhas anuais já repetiam as cantigas caladas, e o lume que fazia tanto medo queimando não queimava, mas fresco e selenita, mudo e quero, já falava.*

*E o que mantinha a carne do passado (de pé na solidez da esteva e da maresia), agora se perfez; e correm as formigas pelo dia levando em cada grão de trigo transportado o som do sol que nasce, e a alegria do gesto que gerou a nossa vez.*

## S O M B R A

*Dói a tua sombra minha Mãe nestas raízes onde os dias vão minando a juventude. Neste leito sem descanso o que me dizes dói também como um signo de inquietude.*

*Os passos que na estrada antiga soam já nada dizem de aventuras ou de amor, pois sei que outras cadências atordoam outros seres onde há gritos e há suor.*

*E a terra se dessangra pelos rios, minha Mãe, por esses rios sem destino. Que rouca voz em homem cristalino poderá neste alto-mar erguer navios?*

*Em meu leito a terra escuto. E o que dizes dói na sombra minha Mãe destas raízes.*

Lisboa, 1957

JOSÉ CARLOS GONZÁLEZ

## E L E G I A

*Há pombos esquecidos nas estátuas desta cidade antiga naufragada. Mastros de sombra escrevem o teu nome e em cada letra principia a madrugada.*

*Homens e prédios, apinhados de silêncio, dormem um sono estreito, sem raízes. Das margens desse sono se levantam as pedras das palavras que não dizes.*

*Foge o mar dos meus dedos entre a noite e a noite é uma canção que te procura. Nos meus olhos ardem estrelas encharcadas que rodeiam de luz a tua altura.*

*Cada esquina é um cais à tua espera. Faróis e candeeiros chamam por ti. Como um sonho, deslizo e permaneço nas ruas e nas brisas que senti.*

*Finalmente, os pombos ressuscitam na pureza das estátuas que tu és. Além da morte, existe a madrugada e este poema que te beija os pés.*

Lisboa

DINIS MACHADO

## V LUA PARA CECÍLIA

*Continuas em mim como um navio continua na água que sulcou e o teu corpo no pântano é a canção que o silêncio murmura.*

*Os teus seios partidos sobre o lodo nas manhãs que inventamos são ainda o pomar onde eu menino comi sol deslumbrado.*

*E se os dedos e as cartas imploradas gelaram sobre o rio é porque o pântano continua em mim puro de mais para as palavras todas.*